

A AMAZÔNIA E O HABITAR PALAFÍTICO

Uma leitura urbana de Macapá-AP através do audiovisual

João Vitor Vieira Pereira

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) | joaovpereira@usp.br

Pedro Plácido Teixeira

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) | pedrot@usp.br

Marcelo Tramontano

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) | tramont@sc.usp.br

EIXO TEMÁTICO: Fundamentos Teóricos e Metodológicos

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre possibilidades de leitura do espaço urbano amazônico a partir do filme documentário, dedicando-se à análise e ao delineamento de uma metodologia audiovisual voltada ao estudo do habitar palafítico. Parte-se do reconhecimento de que os registros difundidos sobre a Amazônia consolidaram sua imagem como território a ser explorado e integrado ao sistema-mundo moderno/colonial, subordinando saberes e ontologias locais à racionalidade ocidental. A construção dessa narrativa, sobretudo por intelectuais europeus e instituições hegemônicas, foi decisiva na conformação do imaginário global sobre a região, orientando uma ocupação baseada em práticas extrativistas e predatórias que resultaram em um planejamento urbano alheio às dinâmicas situadas. Em Macapá, cidade onde realizamos nosso estudo, tal racionalidade traduziu-se em um modelo de urbanização que desconsiderou as camadas populares, relegando-as a periferias erguidas sobre áreas alagadiças conhecidas como ressacas. Nesses territórios de fragilidade ambiental, a moradia palafítica autoconstruída denota a ausência de assistência técnica e a precariedade de infraestrutura material, marcando desigualdades na produção do espaço urbano. Ao mesmo tempo, essas construções sublinham a complexidade sociocultural da região, atravessada por múltiplas cosmologias que orientam o saber-fazer dos povos tradicionais. Neste sentido, o artigo propõe refletir sobre o audiovisual como meio de leitura, expressão e valorização de formas não hegemônicas do habitar palafítico. Para tanto, em um primeiro momento, propõe-se examinar referências fílmicas ligadas à consolidação do imaginário amazônico e, em seguida, analisar processos de realização coletiva como forma de compreender a práxis vernacular em suas múltiplas dimensões e relações com o território. Tomando as áreas de ressaca como objeto de nosso estudo, busca-se delinear uma metodologia transdisciplinar que articule perspectivas acadêmicas, indígenas e ribeirinhas, de modo a explorar o audiovisual não apenas como registro, mas como meio de resistência e de formulação de novos imaginários e narrativas sobre o espaço urbano amazônico.

Palavras-chave: Amazônia; Arquitetura palafítica; Audiovisual; Documentário; Leituras urbanas.

THE AMAZON AND STILTED LIVING: NA URBAN READING OF MACAPÁ-AP THROUGH AUDIOVISUAL MEDIA

Abstract: This paper aims to reflect on possible ways of reading Amazonian urban space through documentary film, focusing on the analysis and development of an audiovisual methodology

dedicated to the study of stilt-house dwelling. It proceeds from the recognition that widely disseminated representations of the Amazon have consolidated its image as a territory to be explored and integrated into the modern/colonial world-system, subordinating local knowledge and ontologies to Western rationality. The construction of this narrative—particularly by European intellectuals and hegemonic institutions—has been decisive in shaping the global imaginary of the region, guiding patterns of occupation grounded in extractivist and predatory practices that have resulted in urban planning detached from situated dynamics. In Macapá, in the state of Amapá, where this study is conducted, such rationality has translated into a model of urbanization that has disregarded the popular classes, relegating them to peripheral areas built over flood-prone zones known as *ressacas*. In these environmentally fragile territories, self-built stilt housing reveals the absence of technical assistance and the precariousness of material infrastructure, exposing inequalities in the production of urban space. At the same time, these constructions underscore the sociocultural complexity of the region, shaped by multiple cosmologies that inform the know-how of traditional peoples. In this context, the paper examines audiovisual practice as a means of reading, expressing, and valuing non-hegemonic forms of stilt-house dwelling. To this end, it first analyzes filmic references linked to the consolidation of the Amazonian imaginary and then explores processes of collective filmmaking as a way of understanding vernacular praxis in its multiple dimensions and its relations to territory. Taking the *ressaca* areas as its object of study, the paper outlines a transdisciplinary methodology that articulates academic, Indigenous, and riverside perspectives, exploring audiovisual practice not merely as documentation but as a means of resistance and of formulating new imaginaries and narratives about Amazonian urban space.

Keywords: Amazon; Stilt housing; Urban readings; Documentary film; Audiovisual.

LA AMAZONÍA Y EL HABITAR PALAFÍTICO: UNA LECTURA URBANA DE MACAPÁ-AP A TRAVÉS DEL AUDIOVISUAL

Resumen: Este artículo busca reflexionar sobre las posibilidades de interpretación del espacio urbano amazónico a través del cine documental, centrándose en el análisis y la descripción de una metodología audiovisual orientada al estudio de los palafitos. Parte del reconocimiento de que la difusión de registros sobre la Amazonía ha consolidado su imagen como un territorio para ser explotado e integrado al sistema-mundo moderno/colonial, subordinando el conocimiento y las ontologías locales a la racionalidad occidental. La construcción de esta narrativa, especialmente por parte de intelectuales europeos e instituciones hegemónicas, fue decisiva en la configuración del imaginario global sobre la región, guiando una ocupación basada en prácticas extractivas y depredadoras que resultaron en una planificación urbana desvinculada de las dinámicas situadas. En Macapá-AP, ciudad donde desarrollamos nuestro estudio, esta racionalidad se tradujo en un modelo de urbanización que desconsideró a las clases populares, relegándolas a periferias construidas sobre zonas pantanosas conocidas como *ressacas* (llanuras de inundación). En estos territorios ambientalmente frágiles, los palafitos autoconstruidos denotan la ausencia de asistencia técnica y la precariedad de la infraestructura material, evidenciando las desigualdades en la producción del espacio urbano. Al mismo tiempo, estas construcciones subrayan la complejidad sociocultural de la región, atravesada por múltiples cosmologías que guían el saber hacer de los pueblos tradicionales. En este sentido, el artículo propone reflexionar sobre los medios audiovisuales como medio para leer, expresar y valorar las formas no hegemónicas de vivienda sobre palafitos. Para ello, inicialmente, se propone examinar las referencias fílmicas vinculadas a la consolidación del imaginario amazónico y, posteriormente, analizar los procesos de realización colectiva como forma de comprender la praxis vernácula en sus múltiples dimensiones y relaciones con el territorio. Tomando como objeto de estudio las zonas inundables, buscamos delinear una metodología transdisciplinaria que articule perspectivas académicas, indígenas y ribereñas, con el fin de explorar los medios audiovisuales no sólo como registro, sino como medio de resistencia y de formulación de nuevos imaginarios y narrativas sobre el espacio urbano amazónico.

Palabras clave: Amazonía; Vivienda palafítica; Lecturas urbanas; Cine documental; Audiovisual.

1.INTRODUÇÃO

Desde sua formulação nos anos 1990, o pensamento decolonial consolidou-se como uma abordagem central para a reconfiguração crítica dos pressupostos teórico-práticos dos estudos produzidos desde o Sul Global. Seu gesto fundante consiste em deslocar a leitura da modernidade – entendida como projeto civilizatório de matriz euro-cristã – para evidenciar sua face indissociável, a colonialidade (Mignolo, 2005). O binômio modernidade/colonialidade (Ballestrin, 2013) assenta-se no reconhecimento de que a noção ocidental de progresso e civilização se sustenta em uma complexa estrutura histórica de conquista e exploração forjada no contexto da expansão colonial, cujos efeitos continuam moldando as relações globais contemporâneas. Sua força no cenário acadêmico das últimas décadas reside na compreensão de que a colonialidade não constitui um resíduo do passado colonial, mas um processo em curso que continua a estruturar hierarquias sociais, econômicas, epistêmicas e culturais (Quijano, 2005).

A raça emerge como o instrumento central pelo qual a colonialidade organiza e perpetua sua estrutura de dominação. Engendrada no curso da expansão europeia e consolidada com a conquista das Américas, ela forja e naturaliza diferenças físicas e socioculturais a desigualdades morais e intelectuais, produzindo identidades sociais incorporadas a um sistema global de classificação (Quijano, 2005). Essa estrutura se funda na crença de superioridade Ocidental, organizando o mundo entre povos dotados de racionalidade e civilidade – os europeus – e povos subalternos – isto é, os povos não-europeus. O racismo, nesse sentido, constitui um mecanismo de legitimação e universalização da racionalidade ocidental. Enquanto princípio organizador do projeto moderno/colonial, o pensamento decolonial o compreende como dispositivo estruturante que ultrapassa os planos político e biológico, incidindo sobre múltiplas dimensões da vida social e, neste sentido, manifestando-se de diferentes formas.

Dentre seus principais modos de expressão, o racismo apresenta-se como ordenador da produção do conhecimento, impondo uma hierarquia de legitimidade entre regimes de saber distintos. Conceitualizando o racismo epistêmico, Ramón Grosfoguel (2013) demonstra como essa lógica destitui sujeitos racializados de sua autoridade intelectual, submetendo a validade de suas experiências e modos de organização à gramática da ciência moderna. Essa estrutura, amparada pela colonialidade do saber (Lander, 2005; Mignolo, 2005), consolida uma geopolítica do conhecimento que atribui ao Ocidente o privilégio da enunciação e o monopólio do critério de verdade. Consequentemente, esse arranjo destitui a soberania epistêmica de populações não-europeias, reduzindo-as a expressões locais e fragmentadas, cuja validade intelectual é suprimida em favor de uma norma pretensa e globalmente compartilhada.

Lida sob o prisma do binômio modernidade/colonialidade, a própria ideia de América Latina denota uma formulação pensada a partir de um *locus* de enunciação geográfico e político – a Europa – que a compreendia como um território homogêneo e negava a

pluralidade de cosmologias, saberes e modos de vida inerentes aos povos originários e, posteriormente, afrodiaspóricos (Mignolo, 2005). Na região amazônica, por exemplo, sua incorporação à expansão europeia implicou uma relação meramente instrumental entre sociedade e natureza, orientada pela ocupação do território segundo interesses extrativistas e demográficos no sentido de inseri-la ao sistema global de circulação e mercado. Esse esforço tinha a ocupação do Norte brasileiro como passo primordial para a primazia do modelo capitalista (Oliveira, 1994). E como parte fundamental do sistema-mundo (Wallerstein, 2004), a ocupação da Amazônia orientada pelo projeto moderno/colonial fundou-se no anulamento sistemático e integral de racionalidades incompatíveis com a exploração econômica promovida pelo Norte Global.

Assim como na América Latina, a definição atribuída à Amazônia marca um imaginário essencialmente europeu, construído a partir de experiências registradas por viajantes ainda no início do século XVI. No contexto de ocupação de um território rico em recursos naturais e demograficamente pouco adensado, seus relatos fomentaram uma imagem amazônica baseada em dois mundos polarizados: um civilizado – figurado pelo sujeito europeu – e um exótico – representado pelos povos indígenas (Soranz, 2007). Essa dicotomia contribuiu para a efetiva separação entre indivíduo e natureza, salientando a impossibilidade de co-existência com outros modos de organização social e territorial. Ignorando a complexidade da região amazônica, os relatos desses viajantes europeus alimentaram uma geografia do exótico (Soranz, 2007; Pinto, 1999), utilizando textos e gravuras – e posteriormente fotografias e filmes – como meio de justificar a ocupação do território em todos os sentidos: físico, mas também político, epistêmico e ontológico.

É nesta direção que a decolonialidade evoca um saber-fazer que instaura interlocuções com pensamentos de fronteira (Mignolo, 2005), rompendo com a tradição acadêmica que historicamente domesticou, hierarquizou e instrumentalizou esses outros modos de conhecimento. A afirmação dos povos originários e ribeirinhos como detentores de saberes legítimos e necessários implica a reformulação da racionalidade extrativista e desenvolvimentista que consolidou o imaginário amazônico hegemônico, denotando formas outras de compreender e se relacionar com o território. Ela refere-se, portanto, a um movimento epistemologicamente antirracista, alvitando uma reformulação teórico-prática que alvitra e legitima outras racionalidades possíveis. Enquanto escrita que se faz sobre e junto aos territórios, essa proposição se faz de forma geo-gráfica – isto é, a partir da compreensão de que

são novos territórios epistêmicos que estão tendo que ser reinventados juntamente com os novos territórios de existência material, enfim, são novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de geo-grafar (Porto-Gonçalves, 2002, p. 16).

Compreendendo o cinema como instância de produção e reprodução de imaginários sobre a Amazônia, este artigo tem como objetivo analisá-lo sob o prisma inverso: um dispositivo de conhecimento que incide na leitura do espaço urbano regional para gerar outra geo-grafia. Tendo como objeto de estudo o habitar palafítico em áreas de ressaca

situadas em Macapá, no estado do Amapá, articulamos a crítica às representações historicamente consolidadas com a experimentação metodológica no campo audiovisual, com destaque ao documentário. O percurso adotado foca no estudo de processos de realização coletiva voltados ao registro das dinâmicas urbanas fundados em saberes e práticas situadas, revelando lógicas de coexistência entre múltiplas territorialidades. Através de referências fílmicas e diálogos com perspectivas acadêmicas, indígenas e ribeirinhas, esta reflexão visa consolidar a linguagem audiovisual como potencial meio de produção de narrativas aptas a apreender a complexidade desse território e suas diversas formas de existência.

2.A AMAZÔNIA SOB A LENTE DO DOCUMENTÁRIO

A hegemonia de uma representação audiovisual essencialmente moderno/colonial é observada em filmes realizados tanto por instituições nacionais, quanto internacionais, sobretudo europeias. Durante o ciclo da borracha, entre o final do século XIX e o início do XX, cidades da região amazônica – principalmente Manaus e Belém – foram foco de intervenções de diferentes naturezas. Sob a justificativa de modernização desses grandes centros urbanos, a introdução de símbolos associados à modernidade era compreendida um passo necessário ao seu reconhecimento no cenário nacional e internacional. Dentre os elementos introduzidos, estava o cinema, cuja consolidação, de acordo com Gustavo Soranz (2009), ocorreu de modo relativamente rápido. O pretensão desenvolvimento foi viabilizado pelo investimento das elites locais que, enriquecidas pela economia centrada na exploração seringueira, reproduziram nos centros urbanos amazônicos os signos da modernidade europeia.

5

A produção relativa a esse mesmo momento teve papel central na difusão e inserção da Amazônia no círculo internacional, contribuindo para a formulação inicial de uma identidade regional, ainda que marcada por processos de folclorização do território e orientada pelos interesses das elites (Stoco, 2019). No que tange à produção nacional, áreas no Centro-Oeste e no Norte do país foram objeto de expedições promovidas pelo governo brasileiro. Conduzido pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o Projeto Rondon destaca-se neste sentido por designar um projeto multidimensional – isto é, científico, militar e político – voltado à ocupação, integração e controle do território amazônico (Soranz, 2009). Essas expedições investiram na documentação e circulação de registros publicizavam a ação do Estado, legitimando sua intervenção e afirmando sua presença em áreas consideradas remotas e desconectadas do projeto nacional.

Dentre os pioneiros do cinema produzido e circulado na Amazônia destacam-se nomes como Ramón de Baños e Silvino Santos. Ao primeiro, atribui-se a importação do primeiro cinematógrafo em 1911, levado à Belém com o objetivo de produzir imagens da cidade e, ao mesmo tempo, registrar a região de floresta a fim de circulá-las em outras capitais brasileiras, assim como na Europa e nos Estados Unidos. O objetivo dessa empreitada,

segundo Raquel Eltermann (2025) era o de publicizar a potência econômica da região, adotando uma estrutura narrativa que apresentava e descrevia as regiões de floresta como uma antítese do processo civilizatório. O segundo, por sua vez, atuou no estado do Amazonas, integrando projetos estatais e expedições comandadas por figuras como Marechal Rondon. Assim como Ramon de Baños, Silvino Santos teve papel central na consolidação desse imaginário amazônico adotando uma estrutura narrativa pautada pelo discurso extrativista. Em seus filmes, alguns dos personagens recorrentes eram seringueiros, ribeirinhos e povos indígenas (Penido, 2000).

Por sua vez, no regime militar, a Amazônia foi um dos alvos de políticas de ocupação, integração e exploração realizadas pelo Estado. A Agência Nacional foi o principal órgão audiovisual da época, atuando na construção de uma autoimagem positiva do governo e na difusão de um discurso que projetava sobre todo o território nacional (Freitas, 2019). O cinejornal *Parque Nacional Villas-Boas, Xingu, PA* (1965), por exemplo, acompanha o ministro Cordeiro de Farias em uma missa campal (Figura 1), realizada com a presença de membros da expedição e de populações indígenas. A obra constitui uma propaganda do Estado enfatizando sua presença em áreas remotas do país e, ao mesmo tempo, construindo uma imagem de harmonia e integração entre diferentes grupos. A narrativa, ancorada na ideia de progresso e desenvolvimento nacional, reforça uma concepção hierarquizada da relação entre Estado, território e sociedade, tendo a religião e o Estado-Nação como bases ideológicas.

Figura 1



Missa realizada durante a visita do ministro Cordeiro de Farias.

Fonte: Parque Nacional Villas-Boas, Xingu, PA (1965). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nIFhyKEEVx8>. Acesso em: 20/04/2026

No que se refere aos registros cinematográficos da Amazônia produzidos por agentes estrangeiros, destaca-se o documentário *Um filme documentário alemão. Expedição Jarí*

- *Amazonas - 1935/1937* (1935), conduzida no Amapá pelo regime nazista. A missão tinha como principal objetivo cartografar o território ao sul do Amapá, articulando interesses científicos e políticos do Estado alemão, promovendo a ocupação da região compreendida entre o Pará e o então Território Federal do Amapá. Conduzido na propriedade do empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig, o filme aciona uma construção imagética e discursiva que dialoga com as crônicas coloniais e os primeiros registros visuais da Amazônia, atualizando um regime marcado pela ambivalência entre fascínio e desconhecimento. E, ainda que ocorram encontros com povos indígenas, eles são descritos pelos cineastas responsáveis como pessoas destituídas de conhecimento científico, reforçando hierarquias político-epistêmicas que legitimam a apropriação do território como espaço a ser explorado e dominado – neste caso, os alemães (Figura 2).

Figura 2



Indígena amamentando filhotes de animais.

Fonte: Um filme documentário alemão. Expedição Jarí - Amazonas - 1935/1937. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aPUUZZDFY4A>. Acesso em: 20/04/2026.

Essa complexa conjuntura em torno da produção audiovisual amazônica sugere que os primeiros empreendimentos constituíram suportes de reprodução e legitimação de uma colonização visual (Barriandos, 2019) sobre a região, incidindo sobre outras dimensões da colonialidade. Abrangendo tanto cineastas como Ramon de Baños e Silvino Santos, quanto agências nacionais e internacionais, essas produções ajudaram a construir um imaginário que contribuiu para a consolidação de um estigma que atravessou o cinema local. Os discursos sobre um território inóspito, povoado apenas por feras e povos ditos primitivos, e naturalmente rico culminou em uma generalização que desconsiderou a complexidade da região, marcada por uma ampla diversidade sociocultural (Soranz, 2007). Neste sentido, os exemplos analisados reiteram uma imagem incompatível com

a realidade do território amazônico, corroborando uma prática epistemologicamente racista (Grosfoguel, 2013).

3. O REGISTRO AUDIOVISUAL DO HABITAR PALAFÍTICO

Diversos estados da Amazônia foram urbanizados a partir de demandas capitalistas que visavam o extrativismo e o fluxo de mercadoria, favorecida pela riqueza natural da região. A formação urbana de Macapá, capital do Amapá, desenvolveu-se em estreita relação com o complexo hidrográfico que a circunda e a atravessa, condição decisiva para sua configuração territorial. A partir da década de 1940, contudo, o processo de urbanização intensificou uma dinâmica de segregação socioespacial notadamente marcada pelo deslocamento massivo das populações de menor renda das áreas centrais para áreas periféricas. Impulsionado pelo crescimento demográfico essa dinâmica ampliou a pressão sobre habitação, saneamento e serviços públicos, aprofundando conflitos socioambientais e consolidando padrões de ocupação desigual do espaço urbano (Tostes, 2020). Diante da insuficiente atuação do poder público, essa população ocupou, principalmente, áreas alagadiças situadas no entorno da cidade, conhecidas como ressacas – ecossistemas complexos da zona costeira que exercem função de reservatórios naturais de água (Neri, 2004).

A construção sobre áreas de ressaca mobilizou saberes tradicionais vinculados ao que se compreende como arquitetura palafítica: edifícios em madeira construídos sobre pilotis e interligados por passarelas. Nessa paisagem, habita o caboclo ribeirinho, cuja existência é intrínseca à natureza – uma relação de interdependência (Nogueira, 2015). A arquitetura palafítica ribeirinha, edificada em madeira e elevada do solo alagadiço, adapta-se às cheias e vazantes dos cursos d'água. A vida na floresta alagável orienta as práticas produtivas e as visões de mundo vinculadas à herança cultural (Oliveira Junior, 2009). Utilizando matérias-primas locais e apresentando similaridades entre diferentes comunidades, essa tipologia distingue-se de outras comunidades urbanas situadas à margem dos cursos d'água, exigindo uma leitura do espaço que condensa uma multiplicidade de expressões socioculturais (Menezes & Perdigão, 2021, Nogueira, 2015; Perdigão, 2016; Virgílio, 2021).

Embora o planejamento urbano institucional classifique a arquitetura palafítica como precária, a complexidade de sua produção evidencia formas específicas de produção do espaço, estruturadas por saberes técnicos, ambientais e culturais próprios. O desafio colocado ao campo acadêmico consiste em revisar os critérios a partir dos quais tais espacialidades são avaliadas, sobretudo em contextos nos quais matrizes urbanísticas hegemônicas, associadas a dinâmicas econômicas globais, privilegiam referências canônicas externas em detrimento de conhecimentos situados (Porto-Gonçalves, 2015; Grosfoguel, 2013). Para tanto, faz-se necessária uma revisão historiográfica que rompa com narrativas universais e incorpore a pluralidade política, científica e ontológica da Amazônia. Uma reescrita da historiografia amazônica requer o reconhecimento das

palafitas como expressão de conhecimentos acumulados e de modos de habitar ajustados às dinâmicas do território, integrando essas experiências ao debate urbano como parte constitutiva da complexa formação brasileira.

Nesse processo, o cinema documentário apresenta-se como possibilidade relevante de deslocamento desse panorama. A recuperação e difusão de saberes e práticas ligadas à arquitetura produzida por populações ribeirinhas é um tema explorado desde os anos 1960 em documentários como *Vila da Barca* (1964), de Renato Tapajós, que retrata uma comunidade ribeirinha em Belém (PA), e *Igual a mim igual a ti* (1967), de Renato Kahane, rodado em uma cidade flutuante em Manaus (AM). No primeiro caso, o filme tem sua narrativa a construída através de falas dos moradores, evidenciando especificidades e dificuldades da morar palafítico. No segundo, Roberto Kahane documenta a demolição da cidade flutuante e o deslocamento de seus habitantes para periferias urbanas. Essas obras deslocam o olhar exotizante e criticam os modelos hegemônicos de urbanização. Esses exemplos inauguram uma tradição audiovisual fundada na experiência vivida da população ribeirinha, sendo experiências no sentido de escuta e reconhecimento dessa racionalidade sobre o espaço urbano.

Em Macapá, a arquitetura palafítica é o tema de filmes produzidos por Bianca Moro Carvalho. Em *Habitação Popular na Amazônia: O Elesbão* (2017), a arquiteta e cineasta documenta Santana, um bairro palafítico na região metropolitana. Em *Housing Problems Macapá* (2020), Carvalho e Peter Lucas, retratam diversas comunidades em Macapá. Ambos os filmes adotam uma estratégia centrada na fala dos moradores (Figura 3), alterando a posição do espectador diante dessas realidades. Os relatos abrangem uma diversidade de experiências, evidenciando a longa história de invisibilização das comunidades, mas ao mesmo tempo recuperando histórias e saberes da população ribeirinha no contexto urbano analisado. Ao evidenciarem a ambiguidade dos modos de vida palafíticos, os filmes revelam a permanência de heranças culturais específicas do território amazônico em contexto urbano marcado por processos sistemáticos de apagamento (Figura 4).

Figura 3



Entrevista com moradora da ressaca do Elesbão.

Fonte: Habitação Popular na Amazônia: O Elesbão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eQC-E0r1zK4>. Acesso em: 20/04/2026.

Figura 3



Comunidade palafítica em Macapá-AP.

Fonte: Housing Problems Macapá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=63o0QFfZyig>. Acesso em: 20/04/2026.

Ambos os exemplos denotam o potencial do filme documentário de estimular outras compreensões, configurando uma possibilidade de reescrita historiográfica de Macapá. Neste sentido, o audiovisual é entendido como suporte de uma nova geo-grafia (Porto-Gonçalves, 2002), a partir da qual são recuperadas ou construídas territorialidades que permitem uma outra ideia de Macapá e, mais amplamente, de Amazônia. Outro ponto importante nesses filmes refere-se à sua produção por profissionais e pesquisadores, incorporando o audiovisual ao debate epistêmico e reterritorializando também o espaço acadêmico, estimulando uma produção de conhecimento decolonial. Neste sentido, os

exemplos caminham no sentido oposto das obras produzidas, sobretudo, até a ditadura militar, rompendo com o racismo epistêmico que permeia o contexto universitário global (Grosfoguel, 2013). Com base nessa reflexão que buscamos ampliar as possibilidades de uso da produção documental, pensando na incorporação do processo como parte de uma mudança de perspectiva epistêmica.

4. UMA METODOLOGIA AUDIOVISUAL APLICADA AO CONTEXTO PALAFÍTICO

O uso do documentário como meio de leitura de dinâmicas socioculturais a partir de uma perspectiva decolonial demanda uma mudança substancial no que diz respeito à relação entre cineastas e sujeitos filmados, evitando-se processos que impliquem uma produção audiovisual imposta verticalmente. Encontramos na Antropologia Visual um campo profícuo neste sentido, indicando processos de produção de conhecimento nos quais a aprendizagem ocorre mutuamente, a partir do diálogo entre todos os envolvidos em sua realização. Para a antropóloga-cineasta estadunidense Margareth Mead, esse processo se define como “uma inclusão articulativa, imaginativa, das pessoas que estão sendo filmadas no processo como um todo – inclusão no planejamento e programação, no próprio filme, e na edição do filme” (Mead, 1995, p. 8, tradução nossa). Sob essa lógica, todos aqueles envolvidos devem estar dispostos a trocar informações entre si e com o seu entorno, contribuindo para uma dinâmica de realimentação – ou *feedback*, como cunhou o antropólogo-cineasta francês Jean Rouch (1995).

A possibilidade de experimentar novos modos de registrar e exibir o que se pretende representar atravessa todo o processo documental, do planejamento à circulação. Tal dinâmica permite apreender as emergências que decorrem das inter-relações no interior do sistema observado, fomentando a produção de conhecimentos situados. Neste sentido, o documentário amplia a compreensão do contexto estudado ao constituir um campo dinâmico ancorado na articulação entre criação e reflexão crítica, com potencial para produzir leituras urbanas densas. A incorporação desse processo consolida uma práxis guiada por uma relação de reciprocidade entre pesquisador e sujeitos filmados. Nos trabalhos realizados por Rouch, a implementação desses procedimentos inaugurou um modo de observação atento às dinâmicas humanas e sociais, integrando o sujeito pesquisador ao contexto filmado. Para Paul Stoller (1992), Rouch tensionou os limites da epistemologia ocidental em relação a outras culturas, convocando a comunidade europeia a um exercício de descolonização. O antropólogo-cineasta reconhecia sua posição enquanto sujeito europeu e a mobilizava de maneira reflexiva, buscando afastar-se de abordagens etnocidárias (Sztutman, 2004).

Como a possibilidade de uma outra práxis, observa-se, nesse contexto, a formulação de projetos coletivos de documentário, em que o antropólogo-cineasta assumia a posição de mediador entre os participantes (Wanono, 2016), instaurando relações de caráter dialógico e modos compartilhados de produção de conhecimento. Experiências como as oficinas desenvolvidas em Moçambique fundamentavam-se em princípios de diálogo

e reciprocidade: “a escuta e a busca das raízes serão mais cômodas para o nativo. Elas o ajudarão a saber quem ele é (ou era) antes da grande partida; o cineasta (africano) começa, às vezes, a sua carreira por um filme sobre a sua família e sua aldeia.” (Barlet, 1996 apud Bamba, 2009, p. 105). A consolidação dessa abordagem foi impulsionada pela utilização de dispositivos mais leves e acessíveis, que ampliaram a autonomia das equipes. Essas mudanças favoreceram práticas menos institucionalizadas, permitindo à antropologia sua abertura para uma menos dedicada à cobertura exaustiva de eventos e mais com a experimentação de novas formas de produção (MacDougall, 2001).

Lida sob o prisma dos estudos urbanos, a Antropologia Visual instaura uma reflexão crítica sobre os modos pelos quais o espaço é interpretado e representado. Na pesquisa a ser desenvolvida junto à comunidade ribeirinha de Macapá, essa perspectiva orienta a elaboração de uma metodologia de produção audiovisual ancorada na crítica aos regimes hegemônicos de representação e suas formas de leitura urbana. Em acordo com Comolli (2008), o documentário é compreendido como cinema engajado no mundo, cujo produto é resultado da relação entre realizadores, participantes e território. Esse engajamento sustenta uma práxis partilhada, pautada pelo diálogo mútuo, no qual o processo é tão importante quanto o produto, entendendo a experiência do fazer como parte da produção de conhecimento. Nas áreas de ressaca, onde o habitar palafítico articula sujeito, cultura e natureza, a metodologia proposta organiza-se em torno dos saberes e modos de vida que constituíram esses territórios procurando não apenas descrever, mas efetivamente compreender o cotidiano, as práticas, as relações com o espaço e formas de geo-grafar o espaço (Porto-Gonçalves, 2002).

12

Para tanto, um conjunto sistemático de procedimentos metodológicos serão definidos: debates iniciais com mapeamentos e outros modos de registro estruturam um campo de investigação que antecede e atravessa a realização, assegurando que o filme suscite reflexões para além dos limites da imagem e do som. Em diálogo com iniciativas já desenvolvidas junto à comunidade ribeirinha macapaense, como o filme de Peter Lucas e Bianca Moro, a proposta de novos filmes sobre as áreas de ressaca consolida um método concebido como espaço de troca e produção compartilhada. A definição de temas, enquadramentos e narrativas ocorre de maneira dialógica entre pesquisadores e comunidade, incorporando a práxis acadêmica ao saber-fazer local e redefinindo o próprio estatuto do pesquisador no cerne do processo criativo. A montagem realiza-se por todos, com sessões periódicas de visualização e debate do material, possibilitando ajustes e aprofundamentos. O documentário integra o próprio movimento de produção do espaço urbano: os registros compõem as formas pelas quais o território é percebido, registrando memórias, saberes e fazeres que estruturam o habitar palafítico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos desenvolver uma reflexão, ancorada na perspectiva decolonial, sobre os modos pelos quais os processos hegemônicos de expansão e

modernização sobrepuseram cosmologias, saberes e práticas de diferentes comunidades, em especial na Amazônia. Desde a invasão europeia, o racismo epistêmico, difundido pela colonização, validou o genocídio e o apagamento de culturas consideradas primitivas, e a construção imagética da região estruturou-se a partir de uma ambivalência entre encantamento e temor, configurando-a simultaneamente como território exótico e perigoso. Ainda assim, o interesse econômico e geopolítico sobrepôs-se ao medo do desconhecido, inserindo a região nos circuitos de exploração do capitalismo global. Nesse contexto, a produção audiovisual consolidou-se historicamente como um dispositivo central na difusão desses imaginários, ao apresentar a Amazônia como espaço disponível à apropriação, à exploração e à integração subordinada ao Norte Global. Desde suas primeiras representações cinematográficas, observa-se a recorrência de uma visualidade marcada por discursos propagandísticos e civilizatórios, que reforçaram a percepção da floresta como território inóspito, atrasado e carente de modernização. Tanto no cinema internacional, como nas produções vinculadas ao período da ditadura militar brasileira, a região foi reiteradamente representada como espaço periférico e dependente, legitimando intervenções externas e silenciando saberes locais.

Em contrapartida, este estudo evidenciou a emergência de produções audiovisuais que colocam moradores das áreas de ressaca de Macapá como peça central do discurso, permitindo que sejam expostas realidades vivenciadas por esses grupos, como a degradação ambiental, a precarização urbana e a violação dos modos de vida das populações tradicionais. Essas obras demonstram o potencial do documentário como prática crítica, capaz de intervir nos regimes de representação e produzir leituras mais situadas do território. A análise do habitar palafítico permitiu compreender como essa dinâmica de ocupação, desenvolvida e aprimorada ao longo de gerações, expressa um saber-fazer profundamente articulado às dinâmicas ambientais e socioculturais amazônicas. Embora atravessadas por processos de precarização decorrentes da urbanização acelerada e da ausência de políticas públicas adequadas, as palafitas permanecem como referência identitária e territorial para muitas comunidades.

As produções analisadas revelam, nesse sentido, que o desejo por melhores condições de vida não implica, necessariamente, o abandono dessas formas tradicionais de habitar, mas a reivindicação por reconhecimento, infraestrutura e dignidade. Diante desse cenário, a metodologia audiovisual baseada em processos participativos e colaborativos apresenta-se como um instrumento fundamental para a construção de novas narrativas sobre o espaço urbano amazônico. Ao valorizar a experiência vivida, o diálogo intercultural e a produção compartilhada de conhecimento, o audiovisual contribui para a formulação de outras geo-grafias, capazes de reconfigurar a leitura das cidades e de afirmar a legitimidade dos saberes tradicionais. Assim, este trabalho reafirma o documentário não apenas como meio de registro, mas como prática política, epistemológica e metodológica, orientada à construção de imaginários plurais e socialmente comprometidos com as realidades amazônicas.

7. AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo auxílio financeiro à pesquisa (processo nº 25/03434-9) e pelas bolsas de mestrado (processo nº 25/14055-9) e doutorado (processo nº 23/06972-6).

8. REFERÊNCIAS

PARQUE Nacional Villas-Boas, Xingu, PA (1965). Direção de Agência Nacional. Produção de Agência Nacional. 1965.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 60, n. 2, p. 505–540, 2017.

BAMBA, Mahomed. Jean Rouch: cineasta africanista? **Devires**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 92–107, 2009.

BARRIENDOS, Joaquín A colonialidade do ver: rumo a um novo diálogo visual interepistêmico. **Revista Epistemologias do Sul**. v. 3, n. 1, p. 41–56, 2019.

HABITAÇÃO Popular na Amazônia: O Elesbão. Direção: Bianca Moro e Marcos Ramon. Produção: Bianca Moro e Marcos Ramon. Macapá, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eQC-E0r1zK4>>. Acesso em: 20 abr. 2026.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder, a inocência perdida:** cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ELTERMANN, Raquel de Figueiredo. **Ramon de Baños: memórias, cinema pioneiro e colonialismo.** 2025. Tese (doutorado em Literatura) - Centro De Comunicação E Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

FREITAS, Isadora Dutra de. A ditadura civil-militar brasileira nas telas: os cinejornais da Agência Nacional e a propaganda política oficial. **SURES**, v. 1, n. 13, p. 51–61, 2019.

GROSGOUEL, Ramón. The Structure of Knowledge in Westernized Universities: Epistemic Racism/Sexism and the Four Genocides/Epistemicides of the Long 16th Century. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**. v. 11, n. 1, p. 73–90, 2013.

Filme de Roberto Kahane (1967) do poema de Aldisio Filgueiras “Igual a mim, igual a ti” de 1965. Direção: Roberto Kahane, Felipe Lindoso. Produção: Roberto Kahane, Felipe Lindoso. Manaus, 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=szSKj-rJhwY>. Acesso em: 20 abr. 2026.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Housing Problems Macapá. Direção: Bianca Moro, Peter Lucas. Produção: Bianca Moro, Peter Lucas. Macapá, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=63o0QFfZyig>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MACDOUGALL, David. Renewing ethnographic film: is digital video changing the genre? **Anthropology Today**, v. 17, n. 3, p. 15–21, 2001.

MEAD, Margaret. Visual anthropology in a discipline of words. In: HOCKINGS, Paul (ed.). **Principles of visual anthropology**. Berlin ; New York: Mouton de Gruyter, 2. ed., 1995. p. 3–10.

MENEZES, Tainá; PERDIGÃO, Ana Kláudia. O Tipo Palafita Amazônico: entre formalidade e informalidade do habitar na Vila da Barca (Belém, Pará, Brasil). **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 6, n. 2, p. 44–59, 2021.

MIGNOLO, Walter. **The idea of Latin America**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

NERI, S. H. A. **A Utilização das Ferramentas de Geoprocessamento para Identificação de Comunidades Expostas a Hepatite a nas Áreas de Ressacas dos Municípios de Macapá e Santana/Ap**. 2004. Dissertação (mestrado em Ciências e Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. São Paulo: Papirus Editora, 2016.

15

NOGUEIRA, L. R. B. **Entre idas e vi(n)das do rio o habitar poético do ribeirão no Amazonas**. 2015. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

OLIVEIRA, J. A. DE. **CIDADES NA SELVA: URBANIZACAO DAS AMAZONAS**. 1994. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paul, 1994.

OLIVEIRA JUNIOR, J. A. DE. **Arquitetura Ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos**. 2009. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PENIDO, Stella. O cinema na Amazônia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, n. 6, p. 1076–1076, 2000.

PERDIGÃO, Ana Kláudia. Tipo e Tipologia na palafita amazônica na cidade de Afuá. **V!RUS**, v.1, n. 13, p. 1–17, 2016.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das idéias**. Manaus: Editora Valer/Prefeitura de Manaus, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CACEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (coords.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 217–256.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

ROUCH, Jean. The camera and the man. In: HOCKINGS, Paul (ed.). **Principles of visual anthropology**. 2. ed. Berlin ; New York: Mouton de Gruyter, 1995. p. 79–98.

SANTOS, Nathália Karoline Feitosa dos, MELLO, Andréa Hentz de, SILVA, Jeronimo da Silva e, ARAÚJO, Érika Vivianne Nascimento, AMORIM, Ismael Alves Amorim, MATOS, Thais Eslem Silva, SANTOS, Jordano Silva, OLIVEIRA, Anastacia. A territorial da Amazônia e do sudeste Paraense: Políticas e projetos de desenvolvimento, reforma agrária e impactos socioambientais. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 4, p. 18424–18439, 2020.

Um filme documentário alemão. Expedição Jarí - Amazonas - 1935/1937. Direção: Otto Schulz-Kampfenkel. Produção: Otto Schulz-Kampfenkel. Amapá, 1935. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aPUZZDFY4A>. Acesso em: 20 abr. 2026.

16

SORANZ, Gustavo. Imagens da Amazônia. **BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 1, p. 1–10, 2007.

SORANZ, Gustavo. **Território imaginado: imagens da Amazônia no cinema**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

STOCO, S. L. **O Cinema de Silvino Santos (1918 - 1922) e a representação amazônica: história, arte e sociedade**. 2019. Tese (doutorado em Ciências) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

STOLLER, Paul. **The Cinematic Griot: the ethnography of Jean Rouch**. Chicago and London: University of Chicago Press, 1992.

SZTUTMAN, Renato. Jean Rouch: Um Antropólogo-cineasta. In: NOVAES, Sylvia Caiuby; BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da; SZTUTMAN, Renato; HIJIKI, Rose Satiko Gitirana (orgs.). **Escrituras da imagem**. São Paulo: FAPESP ; Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 49–62.

Vila da Barca, 1964. Direção: Renato Tapajós. Produção: Abílio Couceiro. Belém, 1964. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GxA8v8wGcv4>. Acesso em: 20 abr. 2026.

TOSTES, José Alberto. **Macapá nem antes ou depois.** Macapá: Uniedusul, 2020.

VIRGILIO, M. F. **Arquitetura e lugar: entre o conhecimento formal e os saberes locais no habitat ribeirinho da Amazônia em Bacarine (PA).** 2021. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

WANONO, Nadine. Mémoires en Super 8 mm: historique d'un support ou support historique. témoignage et lecture critique d'un atelier de formation au Mozambique. **Le Temps Des Médias**, v. 26, n. 1, p. 126–143, 2016.

ZIMMERMANN, Patricia. **States of Emergency: Documentaries, Wars, Democracies.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction.** Durham: Duke University Press, 2004.